

GEOECONOMIA E GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS ENERGÉTICOS NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Hoyêdo Nunes Lins^(*)

A arte da guerra é de importância vital para o Estado. É uma questão de vida ou morte, um caminho tanto para a segurança como para a ruína.

(Sun Tzu [c. 517 a.C.]. *A Arte da Guerra*. Rio de Janeiro: Record, 1983, p. 17.)

Resumo

Os recursos energéticos impulsionam a expansão do capital e integram o capital constante circulante, o que os tornam indispensáveis ao capitalismo. O petróleo tem sido o mais importante desses recursos, relevância que, ao lado da expansão no consumo e da localização das principais reservas e estruturas de escoamento em áreas politicamente instáveis, assim como da forte concorrência, exige ver esse recurso como ingrediente central da geoeconomia e da geopolítica do capitalismo contemporâneo. O artigo explora essa questão em quatro seções. A primeira aborda a importância da energia para a acumulação de capital; a segunda mostra a proeminência do petróleo na matriz energética mundial; a terceira focaliza a questão energética, com sua geoeconomia, como pedra angular da geopolítica atual, observando as reservas e ações em distintos continentes, sobretudo na Eurásia; a última, antes das considerações finais, privilegia o Oriente Médio, sobretudo o Golfo Pérsico, salientando a conduta dos Estados Unidos.

Palavras-chave: Energia no capitalismo contemporâneo, geoeconomia, geopolítica

Introdução

O fim da ordem bipolar que prevaleceu desde o Segundo Pós-Guerra fez alguns observadores considerarem que, quase no final do século XX, adentrou-se período de prolongada distensão nas relações internacionais. Em século que presenciara duas guerras mundiais e uma corrida armamentista, os ventos que sopravam pareciam anunciar uma promissora aurora. A reunificação alemã, a fragmentação da União Soviética e a extinção do Pacto de Varsóvia, entre outras manifestações das mudanças, causaram forte impressão em todo o planeta. O impacto foi grande sobretudo na Europa, principal teatro daquelas guerras e espaço privilegiado das tensões que pontilharam a convivência dos blocos de poder centralizados por Washington e Moscou.

Todavia, o turbilhão do Leste Europeu e as decorrentes reconfigurações políticas e territoriais não haviam ainda arrefecido no seu ímpeto quando um novo conflito militar emergiu. No início dos anos 90, uma aliança multinacional de forças tendo à frente os Estados Unidos travou com o Iraque o que passou a ser referido como Guerra do Golfo, desencadeada a partir da

^(*) Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-graduação em Economia da UFSC. E-mail <hnlins@cse.ufsc.br>

invasão e anexação do Kuwait pelo segundo e causadora de milhares de mortes em pouco mais de um mês de combates. Foram poucas as dúvidas sobre a motivação da aliança multinacional de forças, sobretudo do Estado que a liderou, para essa guerra. O que estava em jogo, segundo muitos observadores, era o petróleo, a mais importante fonte de energia da engrenagem produtiva desdobrada no planeta e recurso básico do capitalismo global. O papel do petróleo foi amplamente destacado nos movimentos de contestação observados: faixas de protesto exibidas em passeatas expunham convicção traduzida na fórmula “não troquem sangue por óleo”.

Pode-se considerar que a Guerra do Golfo consolidou uma profunda vinculação entre energia, geoeconomia, geopolítica e guerra no cenário mundial. Geoeconomia é termo empregado para referir à globalização dos mercados e das ações empresariais, destacando o acirramento da concorrência e a situação de países e regiões perante fluxos de alcance planetário, com seus desafios e oportunidades (BARTON, 1999; CRUZ DE CASTRO, 2000; SPARKE, 2007). Geopolítica é expressão que, embora utilizada de diferentes maneiras, geralmente se refere às relações entre poder e espaço em escala internacional, implicando estratégias e ações dos Estados nacionais em defesa de seus interesses econômicos e políticos (OSTERUD, 1988). Interesses geoeconômicos e geopolíticos mostram-se fortemente imbricados na atualidade, permitindo falar em “economia geopolítica” (SMITH, 2002). Os acontecimentos mais recentes, que incluem um outro conflito armado na região – com ocupação do Iraque desde 2003 por forças ocidentais, predominantemente estadunidenses –, fazem crer que as conexões entre energia, geoeconomia, geopolítica e guerra ganharam em intensidade. Levam também a pensar que o futuro haverá de registrar uma geografia das ações militares e asperezas diplomáticas muito influenciada pelas disputas envolvendo fontes energéticas.

Argumentar no intuito de dar sustentação a esse ponto de vista é o que se pretende neste artigo. A questão energética, particularmente no que concerne ao petróleo, é vista como aspecto central da geoeconomia e da geopolítica do capitalismo contemporâneo. Mas a energia assim se apresenta pelo seu significado para a acumulação capitalista, motivo pelo qual se abre o texto falando da importância dos recursos energéticos para a circulação e a expansão do capital.

1 Recursos energéticos: propulsores e lubrificantes da circulação e expansão do capital

Na abordagem sobre a trajetória do capitalismo ancorada na noção de sistema-mundo, o atributo essencial do sistema mundial é a presença e o desenvolvimento de um modo capitalista

de produção cujo traço principal é a “acumulação sem fim de capital” (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1987, p. 764). Acumular capital é aspecto tão determinante e característico da vida social moderna que, no primeiro livro de *O Capital*, Marx dedica ao assunto toda uma seção (MARX, 1976a). É aí que se lê o conhecido brado: “Acumulai, acumulai! É a lei e os profetas!” (op cit., p. 561). Todavia, embora tratado por Marx em volume cujo subtítulo é “O desenvolvimento da produção capitalista”, a dinâmica acumulativa não implica só produção. Esta, como o autor salienta no segundo livro dessa obra, representa um estágio do “processo cíclico do capital”, o qual se revela como “unidade de circulação e de produção” (MARX, 1976b, p. 65). Esse caráter cíclico pode ser assim descrito, usando-se o próprio esquema de Marx:

$$D — M \xrightarrow{L, MP} \dots P \dots (M + m) — (D + d)$$

O capital-dinheiro (D) adentra a circulação e permite comprar de mercadorias (M) – força de trabalho (L) e meios de produção (MP) – cujo emprego, com transformação pelo trabalho, constitui o ato produtivo. Nessa fase a circulação se interrompe, pois a forma do capital corresponde agora ao capital-produtivo, em situação de “metabolismo”. Terminada a produção e reassumida a figura de capital-mercadoria, com o valor de M acrescido de mais-valia (m) devido ao processo produtivo, dá-se o reingresso na esfera da circulação. O movimento se conclui, para um circuito específico, pela transmutação da forma mercadoria, inflada de mais-valia, na forma dinheiro (D). Naturalmente, o retorno a essa última abrange m , cujo equivalente em dinheiro é d .

Marx é enfático sobre a importância da circulação. A mais-valia só se realiza quando a forma dinheiro é reincorporada pelo capital, o circuito iniciado com dinheiro concluindo-se com dinheiro. Isso é condição para que o início de um novo ciclo, fato que subjaz à assertiva de que, no processo acumulativo, “a circulação não é menos necessária do que a própria produção” (MARX, 1976b, p. 128). E isso é tanto mais verdade quanto mais distantes entre si se mostram as conversões $D — M$, de uma parte, e $(M + m) — (D + d)$. Daí a importância atribuída por Marx aos transportes. “A circulação, quer dizer, a corrida efetiva das mercadorias no espaço, é resolvida pelo transporte” (MARX, 1976b, p. 152), do que o autor infere que o “capital produtivo engajado nessa indústria agrega (...) valor aos produtos transportados” (op cit., p. 150).

Haja vista a natureza do capital, o equacionamento da circulação pelo transporte desempenha, com efeito, um papel decisivo no processo acumulativo. Como destacado nos *Grundrisse*, a “tendência para criar o *mercado mundial* está dada diretamente no próprio conceito de capital. Cada limite aparece como uma barreira a ser vencida” (MARX, 1973, p. 404 – em

itálico no original). Pela dinâmica e pelas exigências do capital, o comércio não se apresenta como “função que ocorre entre produções independentes para a troca de seus excessos, mas como um pressuposto que (...) abarca tudo e como um momento da própria produção” (ibid.). Assim, desenvolver meios de comunicação e transporte que permitam movimentar mercadorias com baixo custo representa “uma condição para a produção baseada no capital, e promovida por este *por essa razão*” (op cit., p. 524 – itálico no original).

Mas não é só o baixo custo que interessa. Encurtar o tanto quanto possível o tempo da conversão $(M + m) — (D + d)$, abreviando o período da circulação completa do capital, é crucial.

Quanto mais a produção se apóia no valor de troca, logo na troca, mais importantes as condições físicas de troca – os meios de comunicação e transporte – tornam-se para os custos de circulação. O capital, pela sua natureza, avança além de toda barreira espacial. Assim, a criação das condições físicas de troca – os meios de comunicação e transporte – **a aniquilação de espaço pelo tempo** – torna-se uma necessidade extraordinária para isso. (Marx, 1973, p. 524 – negrito adicionado à citação)

Portanto, a criação de condições físicas para a troca é condição de manutenção da dinâmica acumulativa. Esta não prescinde do crescimento da demanda efetiva, e o alcance de mercados distantes é essencial para essa expansão. Marx não tergiversa quando diz que “[u]ma pré-condição da produção baseada no capital é (...) *a produção de uma esfera de circulação em constante alargamento*” (MARX, 1973, p. 404 – itálico no original). Ora, os meios de comunicação e transporte são instrumentos estratégicos desse alargamento. Assinale-se que, como “suportes” da circulação, esses meios influenciam a produção das estruturas espaciais no capitalismo com a sua criação. Daí que Harvey situe as exigências da circulação em escala e abrangência crescentes no vértice das relações entre a teoria da acumulação e a produção de estruturas espaciais ou da organização espacial (HARVEY, 1978; 1987).

Se transportar e comunicar são cruciais para a circulação e se revelam imprescindíveis ao processo acumulativo, o recurso cujo emprego determina esses movimentos – o energético – é decisivo para a dinâmica do capital. A energia participa da circulação como “propulsora” e “lubrificante”, pois é central na solução da “corrida das mercadorias no espaço”, uma corrida que na trajetória capitalista recobre distâncias cada vez maiores. Esse atributo basta para alçar a energia ao panteão dos elementos indispensáveis ao capitalismo. Mas sua importância vai além, pois a energia integra igualmente o que Marx denomina capital constante circulante, referindo ao valor de “materiais de produção tais como matérias-primas e auxiliares, produtos semi-acabados

etc.” (MARX, 1976b, p. 384). Os recursos energéticos são “matérias auxiliares, que os próprios meios de trabalho consomem durante o seu funcionamento (...)” (op cit., p. 158).

Numa palavra, quem diz energia diz ingrediente da produção e da circulação. Razão bastante para que, sob o signo da chamada globalização, os recursos energéticos cintilem como centro de todas as atenções em nível planetário.

2 Proeminência do petróleo na matriz energética mundial

No capitalismo contemporâneo, os principais recursos energéticos envolvidos no “metabolismo” da produção e na circulação do capital exibem uma única fonte maior: o petróleo. Dados recentes sobre o consumo energético mundial, disponibilizados pela *Energy Information Administration* (EIA, 2007), mostram que os combustíveis líquidos representaram quase 98% e 34% dos totais utilizados em 2004 nas atividades de transporte e industriais, nessa ordem, e que estas absorveram juntas perto de 90% desses combustíveis (Tabela 1). A base destes é o petróleo, inclusive em relação ao gás natural liquefeito, em cuja origem destaca-se a extração de óleo cru.

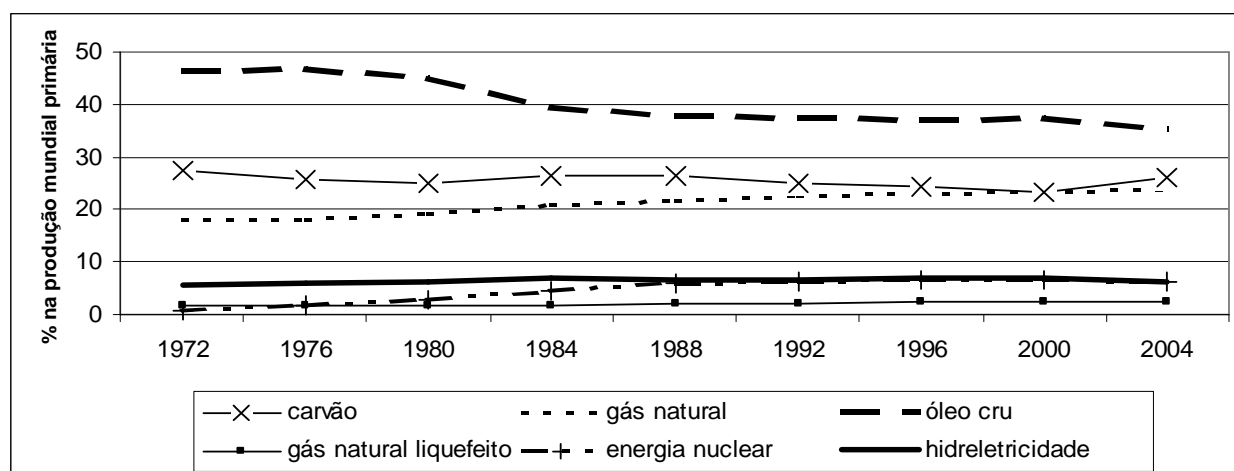
Tabela 1 – Tipos de combustíveis no consumo mundial de residências, atividades comerciais e industriais e meios de transporte – 2004 (quatrilhões de British Thermal Unities)

Tipo de combustível	Consumo Residencial	Consumo Comercial	Consumo Industrial	Consumo em Transporte	Total
Combustíveis líquidos (a)	10,9 (6,9) [22,8]	5,3 (3,4) [21,6]	55,5 (35,2) [33,9]	85,9 (54,5) [97,9]	157,6 (100) [48,7]
Gás natural	18,4 (28,5) [38,6]	6,7 (9,4) [27,3]	45,2 (63,4) [27,6]	0,8 (1,1) [0,9]	71,3 (100) [22,0]
Carvão	3,5 (8,8) [7,3]	0,7 (1,8) [2,9]	35,4 (89,2) [21,6]	0,2 (0,5) [0,2]	39,7 (100) [12,3]
Eletricidade	14,3 (27,4) [30,0]	11,7 (22,5) [47,7]	25,3 (48,6) [15,5]	0,8 (1,5) [0,9]	52,1 (100) [16,1]
Combustíveis renováveis	0,5 (17,2) [1,0]	0,1 (3,4) [0,4]	2,2 (75,9) [1,3]	0 (0) [0]	2,9 (100) [0,9]
Total	47,7 (14,7) [100]	24,5 (7,6) [100]	163,6 (50,6) [100]	87,7 (27,1) [100]	323,5 (100) [100]

Fonte: elaborado pelo autor com base em EIA (2007), p. 165

(a) Combustíveis líquidos convencionais, a grande maioria dos combustíveis líquidos, incluem sobretudo óleo cru e gás natural liquefeito; os combustíveis líquidos não convencionais referem-se, por exemplo, ao óleo ultra-pesado.

Não há, portanto, dúvida sobre o caráter de mercadoria essencial ao capitalismo contemporâneo incrustado no petróleo. O fato de a diversificação energética das últimas décadas ter feito cair a sua participação nos totais mundiais (Figura 1), ao mesmo tempo em que a energia nuclear e o gás natural ampliaram o seu espaço, não altera essa imagem. Assim, o petróleo cru permanece como a mais importante fonte individual na produção mundial de energia primária, algo observado durante quase todo o século XX e que não deixou de influenciar vários processos de cunho econômico e político, simultaneamente (MADDISON, 1986).



Fonte: Elaborado pelo autor com dados, apresentados em quatrilhões de British Thermal Units (BTU), da *Energy Information Administration*, obtidos em http://tonto.eia.doe.gov/dnav/pet_pri_wco_k_w.htm; acesso em fev. 2007

Figura 1 – Produção mundial primária de energia: principais fontes – 1972-2004

O consumo de petróleo e gás natural exhibe trajetória de crescimento nas últimas três décadas, em que pese a contração amargada na primeira metade dos anos 80 e um certo avanço no uso de substitutos, como o etanol. A expansão foi notável particularmente no consumo do gás natural, como testemunhado nos países mais ricos da Europa e entre países não pertencentes à OCDE. No petróleo, segmento em que isso não ocorreu de forma tão pronunciada, os maiores destaques ficaram por conta de países externos à OCDE (Tabela 2). A China, há anos com altas taxas de crescimento econômico, tornou-se um dos principais consumidores, em larga medida via importações. O maior consumo per capita de energia primária total refere-se à América do Norte, cujo patamar observado supera em quatro vezes o do mundo inteiro (Tabela 3).

Também a produção mundial de petróleo apresentou tendência expansiva na segunda metade do século XX, embora com fases de estagnação/recuo, como no início dos anos 80, por conta de conjunturas mais críticas na economia mundial. O Golfo Pérsico destaca-se como região produtora, com participação no total que oscila entre mais ou menos $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{3}$, não obstante alguns

períodos de baixa. A Arábia Saudita solidificou a sua proeminência entre os países produtores ao longo do tempo, tendo no enalço a antiga União Soviética, substituída nessa condição pela Rússia após a sua *débâcle* (Tabela 4). Nas últimas décadas outros países, pertencentes à OPEP e principalmente externos a esta, lograram galgar posições na geografia da produção mundial, com reflexos na associada geoeconomia.

Tabela 2 – Consumo de petróleo e gás natural:1980-2005 (quatrilhões de British Thermal Unit)

Consumo por região		1980	1985	1990	1995	2000	2005
Petró- leo	Mundo	131.019	123.055	136.431	142.365	155.295	169.362
	OCDE	86.097	75.711	83.989	89.906	95.820	99.332
	OCDE Europa	31.670	26.559	28.395	30.231	31.324	32.101
	EUA	34.202	30.922	33.552	34.437	38.264	40.393
	Não OCDE	44.923	47.345	52.442	52.459	59.476	70.030
Gás Natu- Ral	Mundo	53.965	63.587	75.195	81.014	91.306	107.613
	OCDE	33.476	33.047	37.218	44.450	50.092	53.709
	OCDE Europa	8.981	9.802	11.179	13.989	16.859	19.860
	EUA	20.393	17.834	19.730	22.784	23.916	22.886
	Não OCDE	20.489	30.539	37.977	36.564	41.214	53.904

Fonte: EIA. International Energy Annual 2005 <www.eia.doe.gov/iea/wecbtu.html>

Tabela 3 – Consumo per capita de energia primária total: 1980-2005 (milhões de British Thermal Unit)

Consumo por região	1980	1985	1990	1995	2000	2005
América do Norte	285,4	266,8	277,5	279,6	285,8	280,3
América Central e do Sul	39,5	38,1	40,7	45,2	49,7	52,2
Europa	135,5	134,8	137,2	134,5	140,4	146,4
Eurásia	175,7	200,4	211,4	146,6	141,3	160,4
Oriente Médio	62,3	75,5	84,1	92,2	104,1	124,7
África	14,4	15,6	15,2	15,0	15,0	16,1
Ásia e Oceania	19,9	21,9	25,2	29,9	31,6	41,0
Mundo	63,8	63,7	65,9	64,3	65,6	71,8

Fonte: EIA. International Energy Annual 2005 <www.eia.doe.gov/iea/wecbtu.html>

Igualmente expansiva tem sido a produção mundial de gás natural liquefeito, quase triplicada entre 1974 e 2004 (Tabela 5). Os membros da OPEP exibem participação crescente, evoluindo de meros 12% em 1974 para mais de 1/3 em 2004. Tal como em relação ao petróleo, a Arábia Saudita é o maior destaque individual no Golfo Pérsico e na OPEP. Os Estados Unidos despontam como o grande produtor fora da OPEP, com níveis próximos a 30% do total mundial.

Essa estrutura de produção e consumo é acompanhada por urdidura de vínculos comerciais com alcance mundial. As interações refletem o aumento das compras por países com tradição de consumo elevado e também por países como China e Índia, que só mais recentemente

passaram a marcar presença forte na economia política dos combustíveis baseados no petróleo. Merece realce, em relação ao petróleo, o papel dos Estados Unidos como foco de convergência dos fluxos, em sintonia com a sua condição de maior consumidor, muito à frente dos demais. Mas esse país sobressai também na produção; em escala de América do Norte, suas relações energéticas dizem respeito sobretudo ao México, que lhe fornece petróleo e do qual compra gás natural liquefeito. Cabe igualmente sublinhar a atuação de Rússia e Golfo Pérsico (incluindo o Irã, ao norte) no fornecimento de gás à Europa e ao Extremo Oriente.

Tabela 4 – Produção mundial de petróleo cru – 1960-2005 (milhões de barris diários)

Produção por país		1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	
Países da OPEP	Total	8,70	14,35	23,30	26,77	26,61	16,18	23,20	26,00	29,27	31,16	
	Golfo Pérsico	Total	5,27	8,37	13,39	18,93	17,96	9,63	15,28	17,21	19,89	21,50
		Irã	1,07	1,91	3,83	5,35	1,66	2,25	3,09	3,64	3,70	4,14
		Iraque	0,97	1,32	1,55	2,26	2,51	1,43	2,04	0,56	2,57	1,88
		Kuait	1,69	2,36	2,99	2,08	1,66	1,02	1,18	2,06	2,08	2,53
A. Saudita	1,31	2,21	3,80	7,08	9,90	3,39	6,41	8,23	8,40	9,55		
Países extra OPEP	Total	12,29	15,98	22,59	26,06	32,99	37,80	37,30	36,33	39,10	42,43	
	China	0,10	0,23	0,60	1,49	2,11	2,51	2,77	2,99	3,25	3,61	
	México	0,27	0,32	0,49	0,71	1,94	2,75	2,55	2,62	3,01	3,33	
	Rússia (*)	2,91	4,79	6,99	9,52	11,71	11,59	10,98	6,00	6,48	9,07	
EUA	7,04	7,80	9,64	8,37	8,60	8,97	7,36	6,56	5,82	5,12		
Total mundial		20,99	30,33	45,89	52,83	59,60	53,98	60,57	62,33	68,37	73,58	

Fonte: EIA (2006)

(*) Até 1990, os dados referem-se à antiga União Soviética; desde então, somente à Rússia

Tabela 5 – Produção mundial de gás liquefeito – 1974-2004 (milhares de barris diários)

Produção por país		1974	1977	1980	1983	1986	1989	1992	1995	1998	2001	2004
Países da OPEP	Total	347	482	732	780	969	1.188	1.364	1.766	1.927	2.304	2.702
	Qatar	5	5	10	25	22	24	55	55	85	150	250
	A. Saudita	130	215	369	330	385	503	713	961	1.020	1.051	1.310
	E.A.U.(a)	..	15	35	120	185	130	144	160	170	290	279
Países extra OPEP	Total	2.443	2.502	2.714	2.863	3.194	3.325	3.600	3.981	4.225	4.591	4.929
	Canadá	314	290	331	309	328	410	460	581	651	709	658
	Rússia (b)	190	235	285	330	443	425	230	180	220	237	456
EUA	1.688	1.618	1.573	1.559	1.551	1.546	1.697	1.762	1.759	1.868	1.809	
Total mundial		2.790	2.984	3.446	3.643	4.163	4.513	4.965	5.747	6.151	6.895	7.631

Fonte: EIA (2006)

(a) Emirados Árabes Unidos

(b) Até 1989, os dados referem-se à antiga União Soviética; desde então, somente à Rússia

.. representa menos de 500 barris diários

Esse quadro geral de produção, consumo e comércio tem como pano de fundo uma forte instabilidade dos preços nas últimas décadas. Isso contrasta com o que se testemunhou nos anos 50 e 60, quando havia estabilidade ou declínio do preço. O divisor de águas foi o primeiro choque

do petróleo, em 1973-74, quando a OPEP quadruplicou o preço do barril. Desde então, pelo menos até a virada do século, e particularmente no segundo choque, em 1979-80, “*todo* aumento no preço (...) foi deflagrado por ação deliberada das nações da OPEP no corte da produção ou na recusa em usar a capacidade existente para ampliá-la” (ADELMAN, 2002, p. 171 – itálico no original). Assim, questões de natureza política, e não propriamente (ou principalmente) de escassez ou esgotamento das reservas, têm presidido o comportamento da oferta e dos preços.

3 Questão energética: pivô da geoeconomia e da geopolítica no capitalismo atual

A centralidade dos recursos energéticos na acumulação de capital e a proeminência do petróleo na matriz energética em nível planetário outorgam a essa *commodity* um papel decisivo na geoeconomia e na geopolítica do capitalismo. Garantir o abastecimento, com livre acesso às fontes e adequada fluidez na oferta, e operar com preços que provoquem tão poucas turbulências quanto possível, são objetivos estratégicos para diferentes Estados. As regiões com destaque não só em produção e exportações, mas principalmente em reservas comprovadas, constituem, por isso, alvos privilegiados das iniciativas de diversos países em torno da energia.

Conforme a tabela 6, o Oriente Médio possui liderança incontestável nessa matéria, abrigando mais de 57% das reservas mundiais de petróleo bruto e quase 42% das de gás natural. Sozinha, a Arábia Saudita exibe 1/5 das reservas de petróleo, e Irã e Qatar possuem juntos mais de 30% das de gás. A grande participação da América do Norte no que concerne ao petróleo deve-se à inclusão, nos dados da EIA (2006) considerados, das quantidades presentes nas areias betuminosas da província canadense de Alberta. Situação regional que também merece realce diz respeito à Eurásia relativamente ao gás natural: cerca de 1/3 do total, a Rússia alcançando quase 28%; mas países do Cáucaso e da Ásia Central, particularmente na bacia do Mar Cáspio, exibem importância (igualmente em petróleo), sobretudo devido à sua localização, como se ressaltará.

Áreas detentoras de reservas importantes, em distintos países e regiões, tornaram-se especialmente sedutoras para o capital ligado à energia desde que, nos anos 70, o Golfo Pérsico mostrou que depender de uma só origem, não obstante o significado desta em volume e custo de produção, torna muito vulneráveis os grandes consumidores e importadores. A própria elevação do preço do petróleo, carro-chefe das crises energéticas daquela década, conferiu viabilidade à exploração de reservas onde, devido às condições de operação, os custos são muito maiores do que no Golfo (como no Mar do Norte, por exemplo). Assim, a geografia das iniciativas, tanto de

extração e refino quanto de transporte, abrange hoje uma multiplicidade de espaços em diferentes continentes, regiões e países. Tais ações incluem estratégias e acordos e são guiadas pela tentativa de marcar presença nesses espaços à frente de concorrentes (Estados, empresas), procurando garantir prevalência em matéria de acesso e controle na expectativa de benefícios econômicos e políticos.

Tabela 6 – Reservas mundiais de petróleo bruto e gás natural em janeiro de 2005

Regiões e países selecionados	Petróleo bruto (bilhões de barris)	Gás nat. (trilhões de pés cúbicos)	Regiões e países selecionados	Petróleo bruto (bilhões de barris)	Gás nat. (trilhões de pés cúbicos)
América do Norte	214,8	264,0	Oriente Médio	729,3	2.522,1
Canadá	178,8	56,6	Irã	125,8	940,0
México	14,6	14,9	Iraque	115,0	110,0
Estados Unidos	21,4	192,5	Kuait	101,5	55,5
América Central/Sul	100,6	250,5	Qatar	15,2	910,0
Argentina	2,7	21,6	Arábia Saudita	261,9	235,0
Bolívia	0,4	24,0	Emirados A. Unidos	97,8	212,1
Brasil	10,6	8,8	África	100,8	476,5
Venezuela	77,2	151,0	Argélia	11,8	160,5
Europa	17,6	194,0	Angola	5,4	1,6
Alemanha	0,4	9,9	Egito	3,7	58,5
Dinamarca	1,3	3,5	Líbia	39,0	52,0
Itália	0,6	8,0	Nigéria	35,3	176,0
Holanda	0,1	62,0	Ásia/Oceania	36,2	383,9
Noruega	8,5	73,6	Austrália	1,5	29,0
Reino Unido	4,5	20,8	Brunei	1,4	13,8
Eurásia	77,8	1.952,6	China	18,3	53,3
Azerbaijão	7,0	30,0	Índia	5,4	30,1
Cazaquistão	9,0	65,0	Indonésia	4,7	90,3
Rússia	60,0	1.680,0	Malásia	3,0	75,0
Turcomenistão	0,5	71,0	Paquistão	0,3	26,8
Ucrânia	0,4	39,6	Mundo	1.277,2	6.043,7
Uzbequistão	0,6	66,2			

Fonte: elaborado pelo autor com dados de EIA (2006), extraídos de *Oil & Gás Journal*

Obs.: As reservas de petróleo do Canadá incluem, além de 4,3 bilhões de barris de petróleo convencional e condensado, 174,5 bilhões de barris de betumem das *oil sands* de Alberta; outras fontes não consideram o segundo tipo, disponibilizando dados que indicam uma participação muito menor da América do Norte no total mundial.

Em suma, na atualidade, certamente mais do que nunca, a problemática energética e sua geoeconomia exibem uma incontornável geopolítica. Geografia e política, e obviamente também a economia, se entrelaçam irremediavelmente em torno da energia, ainda mais que o período atual registra mudanças na espacialidade da acumulação da riqueza global que produzem, ao lado da escalada na demanda energética de países como China e Índia, “um aumento da intensidade da

competição entre os velhos e os novos grandes consumidores de petróleo e gás natural disponíveis no mundo” (FIORI, 2005, p. 7). Contudo, a intensidade e as implicações não se apresentam do mesmo modo em todos os lugares.

A América do Norte não constitui palco de embates. As relações envolvendo a questão da energia na região apresentam vínculos importantes entre os Estados Unidos e o México. O segundo fornece petróleo ao primeiro e compra a este gás natural liquefeito, segmento em que os Estados Unidos despontam com importantes reservas (entre as maiores conhecidas no mundo), como apresentado na tabela 6. Essas conexões permitem referir, segundo fonte do próprio governo estadunidense (LARSON, 2004), à existência de uma ativa e profícua cooperação energética em nível subcontinental, algo que certamente repercute no mundo empresarial mexicano vinculado ao petróleo (LATIN..., 1998). Tal quadro cooperativo abrange o Canadá.

Na América do Sul, chamam a atenção a Venezuela e a Bolívia, a primeira com enormes reservas de petróleo e gás, a última destacando-se em gás. Nos dois países, talvez sobretudo na Bolívia, a questão energética é recorrente quando se fala em defesa dos interesses nacionais e soberania sobre recursos estratégicos. Foi emblemática a nacionalização do setor de hidrocarbonetos que, num vertiginoso encadeamento de ações que afetaram interesses bolivianos e estrangeiros, marcou o início do governo Morales. Não menos significativo é o desempenho do presidente da Venezuela, país que, apesar da torrencial verbosidade anti-americana de Hugo Chávez, figura entre os principais fornecedores de petróleo para os Estados Unidos, tendo nessa *commodity* o seu esteio econômico básico.

No continente africano, o grande capital multinacional ligado à energia atua sobretudo na Nigéria, país que, seguido por Angola, alcançou representatividade na exportação de petróleo e na geografia das reservas. Mas esse recurso é importante para diversos países, como Gabão, Guiné Equatorial, República do Congo, Chade e Camarões; esse é o caso também no Sudão, cujos problemas internos (guerra civil em Darfur, por exemplo) não diminuíram o interesse estrangeiro no seu petróleo e gás, e ainda no Marrocos, que se tornou exportador de petróleo cru. Mas é a Nigéria que mais ocupa as manchetes desde que, em 1973-74, o aumento no preço do petróleo passou a disponibilizar ingressos tão grandes que excediam em muito a capacidade dos governantes para utilizá-los (HERE’S..., 2000).

Ásia e Oceania registram China e Índia como países que viraram destaques na geoeconomia e na geopolítica dos recursos energéticos por serem grandes consumidores de

petróleo e gás. Essa condição resulta de desempenho econômico vigoroso nas últimas décadas, em particular na China. Mas a importância desta alcança a órbita da oferta, devido à sua proeminência como reserva de petróleo e de gás; é sugestivo que, em novembro de 2007, a PetroChina tenha deslocado a gigante ExxonMobil do posto de empresa do setor energético mundial melhor cotada pela capitalização de mercado (CROOKS, 2007). É, no entanto, como grande consumidor (tem figurado entre os três maiores do planeta) e grande dependente de recursos energéticos importados, principalmente do Oriente Médio, que esse país de fato desponta, um traço galvanizado por processos como uma acelerada urbanização e um grande crescimento das compras de veículos. Embora gere vulnerabilidade, esse atributo dá à China “um significativo papel geopolítico” (WRIGHT, 2002, p. 7), tanto mais que a incontornável necessidade energética exerce uma grande influência no desenho e na implementação da política externa chinesa (ZWEIG; JIANHAI, 2005).

Em solo europeu, Noruega e Reino Unido (este devido ao Mar do Norte) são os países com maior realce no mosaico de reservas de petróleo e gás, merecendo ainda referência a Holanda no tocante a esse segundo recurso. De todo modo, a Europa Central, assim como Alemanha, França, Itália e Espanha, representa mercado onde a indústria russa de gás natural tem procurado “fidelizar” clientes (KANDIYOTI, 2005), e, portanto, o continente figura muito mais, na geoeconomia e na geopolítica dos recursos energéticos, como destino de importações e como origem de empresas com grande presença internacional. A primeira característica indica vulnerabilidade perante as oscilações que marcam o setor energético em termos mundiais.

Na Eurásia, é antes de tudo na região do Cáucaso e Ásia Central que energia, geoeconomia e geopolítica se mostram fortemente imbricados. Esse quadro não é fortuito. Os estados caucasianos de Geórgia, Armênia e Azerbaijão, e os centro-asiáticos do Turcomenistão, Uzbequistão, Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirguistão, exibem amplas reservas de petróleo e gás e fazem a bacia do Mar Cáspio cintilar na geoeconomia e na geopolítica dos recursos energéticos em termos mundiais, acenando com imensos lucros para as companhias internacionais e com possibilidades de desenvolvimento em escala nacional. Não admira que tal área desponte como objeto de grande assédio, manifestado em várias latitudes, em distintos continentes. Em larga medida, seu interesse geoeconômico e geopolítico prende-se ao fato de que a presença concentrada de recursos energéticos ostenta localização estratégica, além de implicar repúblicas que integravam a antiga União Soviética. Tais repúblicas

ligam Europa e Ásia, Cristandade e Islã. São ladeadas a leste por um grande poder emergente (China); ao norte pela sua antiga hegemom (Rússia); ao sul por um país mergulhado em violento caos (Afeganistão), por uma república islâmica fundamentalista (Irã) e por um Estado secular frágil em busca de um maior papel regional (Turquia). Junto com esses vizinhos, uma superpotência distante busca influência, se não dominação (Estados Unidos). (A CASPIAN..., 1998, p. 3)

O interesse geoeconômico e geopolítico relaciona-se igualmente ao fato de que esses recursos energéticos mostram-se encravados, dependendo de amplas estruturas de transporte (dutos, mas também portos, embarcações e estradas de ferro) para o acesso a mercados estrangeiros relevantes. Assim, o traçado dos dutos, por exemplo, envolvendo distintos territórios nacionais, é assunto de incontestável importância estratégica, tendo em vista estarem em jogo os interesses de alguns dos mais influentes atores das relações internacionais.

A Rússia exerce historicamente grande controle sobre as rotas de exportação dessa área, pois partes do seu território figuram como corredores, e a região é tradicionalmente espaço de influência de Moscou. Contudo, os interesses russos têm sido fortemente ameaçados pela desenvoltura com que concorrentes internacionais procuram marcar presença (ou ampliá-la) junto aos campos de petróleo do Mar Cáspio e às reservas de gás em países como o Turcomenistão. Deve ser visto nessa perspectiva o que o Cáucaso e a Ásia Central, juntos referidos por Cheterian (1997) como “Transcaucásia”, representam para as empresas ocidentais (estadunidenses e européias): ligação das fontes desses recursos com mares abertos que oferece a vantagem de permitir fluxos ao largo da Rússia – cujo controle sobre os respectivos processos é tido como fonte de riscos (GREAT..., 1997) –, e também fora do Irã.

Mas a “Transcaucásia” tem significados distintos conforme os países interessados na região. Para a Rússia, representa corredor para o Oriente Médio e possível instrumento de contenção das influências turca e ocidental no sul do seu território. Irã e Turquia enxergam possibilidades de expansão e desdobramento das respectivas atividades ligadas à energia. Para os Estados Unidos, além de fonte suplementar de energia, é espaço de ações com vistas à redução do predomínio econômico e político da Rússia – após o fim da União Soviética, os Estados Unidos procuraram impor recuo a essa influência principalmente no Cáucaso, como frisam Radvanyi e Rekacewicz (2000) – e ao bloqueio da ascendência iraniana, sendo eloqüentes as pressões de Washington no intuito de impedir que o Irã sirva de passagem aos dutos projetados para o escoamento do petróleo do Mar Cáspio (OF POLITICS..., 1999).

Naturalmente, a grande queda de braço na região contrapõe Estados Unidos e Rússia, em que pese o fato de ambos terem esboçado alguma cooperação energética no início da década em

curso (VICTOR; VICTOR, 2003). A Rússia tem nas atividades ligadas à energia (sobretudo petróleo e gás) sustentáculos essenciais da sua economia (IN SEARCH..., 1997), embora os anos 90 tenham registrado medidas um tanto erráticas, não raro contraditórias, envolvendo a reestruturação desses setores e a tentativa de equiparação aos grandes concorrentes internacionais. Medidas contemplando a privatização de empresas como Lukoil e Surgut foram acompanhadas por tentativas de obstaculizar o ingresso de investidores estrangeiros, ao mesmo tempo em que as dificuldades para exportar, fruto também das limitações da infra-estrutura (dutos, portos), acabaram impondo a necessidade de atrair esses investidores (que privilegiavam a Ásia Central devido aos entraves na Rússia). Mas as empresas ocidentais mantiveram-se cautelosas, pela insegurança derivada dos anteriores movimentos russos (RULES..., 1999). De todo modo, projetos de exploração conjunta de petróleo e gás viram a luz, como em relação às Ilhas Sakhalina, no nordeste da Rússia, aglutinando interesses japoneses, estadunidenses e europeus, além de russos. Ao mesmo tempo, a Rússia galgou posições na oferta mundial de energia que inspiraram referências a uma, por assim dizer, “batalha” pelo domínio energético com a Arábia Saudita, maior destaque individual em fornecimento (MORSE; RICHARD, 2002).

Assim, nos últimos anos, como os Estados Unidos, a Rússia vem procurando interferir na conformação da trama de vínculos energéticos que enreda o Cáucaso e a Ásia Central. O objetivo é evitar o surgimento ou a consolidação de um corredor eurasiático único e à feição dos interesses ocidentais, sobretudo estadunidenses (RADVANYI, 1998). Tal conduta guarda ampla relação com a busca de um protagonismo renovado, a qual perpassou as iniciativas desde o início do governo de Vladimir Putin. Tem feito parte dessa estratégia o estabelecimento de parcerias com a China, para a modernização militar desta, e com a Índia, e inclusive com o Irã, cortejado pela sua condição de antagonismo aos Estados Unidos (LA GORCE, 2001). Parece ocioso assinalar que, no âmbito desses múltiplos relacionamentos, também a Rússia procure influenciar o traçado das novas rotas para transporte de petróleo e gás, as decisões sobre as quais, de toda maneira, levam em conta o desempenho da China como grande consumidora (KANDIYOTI, 2005.).

O comportamento russo no Cáucaso e na Ásia Central está gerando importantes resultados para a estratégia desse país, de manter e mesmo fortalecer a sua presença e o predomínio regional. No fim de 2007, executivos da Lukoil e membros do governo instalado em Moscou participaram da inauguração do mais recente campo de gás natural a entrar em operação na área, no Uzbequistão (KRAMER, 2007). Desenvolvido pela Lukoil, o campo teve a sua produção dos

próximos trinta e dois anos vendida de antemão à também russa Gazprom. Essa iniciativa representa uma resposta, inscrita em tendência expansiva de investimentos russos, às já referidas ações estadunidenses para reduzir a influência daquele país na região por meio do encorajamento de rotas de exportação externas ao território da Rússia. Assim, parece estar em curso uma reversão do comportamento defensivo desse país em face da conduta ocidental (estadunidense, acima de tudo), de provocar o recuo da sua influência na área (GENTÉ, 2007). Com efeito, a inauguração desse campo de gás é só um indicativo do novo papel perseguido por Moscou, já que diferentes ações – como acordos com distintos países – têm sido protagonizadas.

Parece cada vez mais claro, por conseguinte, que “é entre o crescimento do poderio americano e a resistência russa que se jogará a próxima etapa da história caucasiana” (CHETERIAN, 1997, p. 23). Entretanto, também a movimentação da China, tentando ampliar a sua presença, figura entre os fatores que transformam a Ásia Central e o Cáucaso em espaço de enorme relevância geoeconômica e geopolítica em escala planetária. Isso deriva tanto das suas já assinaladas necessidades de recursos energéticos quanto – fator não menos decisivo – do fato de o Estado chinês perceber a Eurásia como palco de um inevitável entrelaçamento dos interesses das maiores potências mundiais. Não por acaso, desde os anos 90, o desenho da política externa chinesa é influenciado pela idéia de que o futuro da “Transcaucásia” será inapelavelmente condicionado pelo confronto entre esses interesses (THE ROAD..., 1999).

Do que se falou sobre a geoeconomia e a geopolítica incrustadas na questão energética, fica claro que a Eurásia – e, nesta, o Cáucaso e a Ásia Central – é um teatro fundamental no jogo de forças entre Estados em torno dos recursos energéticos. Essa área só é ombreada em importância pelo Oriente Médio, mormente o Golfo Pérsico, região que ocupa o topo da hierarquia das reservas mundiais desses recursos e nas ações que afetam o universo da energia. A proeminência do Oriente Médio justifica abordar essa área individualmente, em seção própria. É o que se faz a seguir, focalizando o assunto em conexão com o empenho dos Estados Unidos na defesa dos seus interesses econômicos e políticos e na manutenção do seu poder mundial.

4 Domínio energético e liderança mundial: os Estados Unidos perante o Oriente Médio

Afirmou-se que a “Transcaucásia” tem como rival, no que respeita à sua importância geoeconômica e geopolítica envolvendo questões energéticas em nível planetário, somente o Oriente Médio, particularmente o Golfo Pérsico. Conquanto verdadeira, a assertiva não faz,

todavia, plena justiça à segunda região. O Oriente Médio, em especial o Golfo, é nada menos que o centro de gravidade da problemática energética em escala global. A região assim se apresenta por prevalecer na oferta mundial de energia, inclusive nas associadas expectativas sobre o futuro – pelas reservas comprovadas –, não obstante a descoberta e exploração de novas fontes. Também é motivo o fato, relacionado àquele aspecto, de produtores locais serem capazes de influenciar profundamente a operação do mercado mundial de energia, uma capacidade que reflete o comportamento – em regra de cunho político, segundo Alhaiji (2001) – da OPEP, cuja “pulsção” é essencialmente determinada no âmbito do Golfo Pérsico.

O quadro energético mundial observado desde os anos 70 é eloqüente sobre esse papel da área, servindo de ilustração sobre a conduta da OPEP as idas e vindas no controle da produção para balizar os movimentos dos preços. Cortes de produção para deter o mergulho dos preços, adverso para os produtores externos ao Golfo – cujos custos são comparativamente maiores e a viabilidade depende de preços elevados, como se dava nas décadas de 70 e 80 –, alternam-se com aumentos na oferta para evitar que o encarecimento agrave a situação econômica em diferentes países – não raro por pressões internacionais, como em 2000, na iniciativa unilateral da Arábia Saudita sob influência dos Estados Unidos (LIFTING..., 2000). Assim, amplamente devido à dinâmica no Golfo, a trajetória mundial do petróleo tem exibido movimentos pendulares de choques e contra-choques, envolvendo crises (SARKIS, 2000) e, repetidamente, interrogações sobre as causas da elevação nos preços, como em meados de 2004 (SARKIS, 2004), e igualmente tentativas de avaliação das conseqüências das observadas conjunturas (por exemplo, Jaffe e Manning, 2000). É por isso que representa fonte de tanta inquietação o problema da instabilidade política no Oriente Médio. Esta se reflete inclusive em falta de coesão no seio da OPEP, o que é origem de incertezas e sinônimo de ameaças e riscos.

Desse modo, se é fato que os Estados Unidos flexionam os músculos no Cáucaso e na Ásia Central, fiéis à orientação de “disputar todos os territórios que tenham disponibilidade ou que apresentem algum potencial futuro, capaz de garantir a expansão contínua do seu poder econômico e político” (FIORI, 2005, p. 7), é principalmente para o Golfo que está voltado o arsenal da política externa estadunidense vinculada à energia. Isso espelha o entendimento de que os problemas na área energética em termos planetários derivam, em enorme proporção, “dos preços e da instabilidade política no Oriente Médio, uma região que permanecerá (...) o centro nevrálgico da indústria petrolífera mundial no curso das próximas décadas.” (SARKIS, 2002, p.

13). Por extensão, gravita em torno dessa área grande parte das iniciativas enfileiradas no exercício da liderança internacional daquele país, exigente de segurança energética – quer dizer, disponibilidade sem entraves de recursos cruciais para a circulação e expansão do capital – sobretudo perante as recentes transformações geoeconômicas globais.

Como vetor “estrutural” da conduta dos Estados Unidos, perfila-se a sua dependência energética externa, que é crescente (MORONEY, 2002) e motivo de preocupação doméstica (WIRTH; GRAY; PODESTA, 2003). Essa dependência aumentou, *pari passu* com a expansão do consumo, porque na perspectiva estadunidense o colapso da União Soviética e a vitória na Guerra do Golfo puseram fim, praticamente, às maiores ameaças então percebidas para os campos de petróleo no Oriente Médio, fazendo recuar os temores sobre o abastecimento energético externo (SARKIS, 1994). Essa dependência, assinala-se, é amplamente reconhecida. Relatório do *National Energy Policy Development Group*, editado em Washington no começo de 2001 sob a coordenação do vice-presidente daquele país, frisa que os Estados Unidos têm auto-suficiência em muitos recursos energéticos, “exceto em petróleo, do qual importamos 52% das nossas necessidades líquidas, e em gás natural, do qual importamos de 15 a 16% das nossas necessidades líquidas (...)” (REPORT..., 2001, p. 8-3). Daí a advertência: “Uma ruptura significativa na oferta mundial de petróleo pode afetar adversamente a nossa economia e nossa capacidade de promover objetivos-chaves de política externa e econômica (...)” (ibid.).

O modo como o Oriente Médio, particularmente o Golfo Pérsico, é visto pelo ângulo dos interesses estratégicos dos Estados Unidos transparece em várias passagens desse relatório. Indica-se, por exemplo, que “a economia global continuará a depender (...) da oferta de petróleo dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), particularmente do Golfo. Essa região permanecerá vital para os interesses dos Estados Unidos.” (REPORT..., p. 8-4). Naturalmente, o documento admite que a atenção não deve se restringir a essa área: “O Golfo será um foco prioritário da política energética internacional dos Estados Unidos, mas nosso engajamento será global, focalizando regiões existentes e emergentes que terão maior impacto no balanço energético global.” (REPORT..., p. 8-5), razão pela qual é preciso “fortalecer nossas alianças comerciais, para aprofundar o diálogo com os maiores produtores de petróleo, e trabalhar para uma maior produção (...) no Ocidente, na África, no Cáspio e em outras regiões com recursos abundantes de petróleo.” (op cit., p. 8-3). Contudo, o Oriente Médio é tão expressivo para a política energética estadunidense que, embora a extinção da União Soviética e a vitória

ocidental na Guerra do Golfo tenham reduzido as ameaças à oferta regional de petróleo (na percepção daquele país), tal área segue canalizando as mais importantes ações de política externa dos Estados Unidos. Tais medidas, frise-se, contemplam objetivos amplos: “tendo em vista as necessidades energéticas dos países europeus e do Japão, a predominância americana no Golfo oferece à Casa Branca um meio de pressão que ela pretende bem conservar frente a seus aliados e, todavia, concorrentes econômicos” (KLARE, 1995, p. 23).

A postura frente ao governo de Saddam Hussein desde meados dos anos 90, num Iraque já enfraquecido após anos de embargos comerciais e sanções decorrentes da Guerra do Golfo, ganha maior compreensão quando vista à luz do significado dessa região para os Estados Unidos. É sugestivo o conteúdo de uma carta, de 26 de janeiro de 1998, enviada ao então presidente Clinton por um grupo de influentes personagens da cena política estadunidense – como Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz, Richard Perle e John Bolton –, próceres da direita mais empedernida e agressiva (*neocons* e/ou *hawks*) que na era George W. Bush integrariam a cúpula da administração e das definições estratégicas.

A política de “contenção” de Saddam Hussein vem sendo continuamente erodida ao longo de muitos meses. (...) Como resultado, em futuro não muito distante, seremos incapazes de determinar (...) se o Iraque possui ou não (...) armas [de destruição em massa]. (...)

Tal incerteza terá (...) um sério efeito desestabilizador em todo o Oriente Médio. (...) [S]e Saddam dispuser de armas de destruição em massa, (...) **a segurança das tropas americanas na região, dos nossos amigos e de aliados como Israel e os Estados árabes moderados, e de uma significativa porção da oferta mundial de petróleo, será colocada em risco.** (...)

A única estratégia aceitável é eliminar a possibilidade de o Iraque usar armas de destruição em massa ou ameaçar com seu uso. No curso prazo, isso significa disposição para ação militar, pois a diplomacia está (...) falhando. No longo prazo, significa remover Saddam Hussein e seu regime de poder. Isso deve tornar-se o objetivo da política externa dos Estados Unidos. (...)

Insistimos para que você articule esse objetivo (...). Isso exigirá uma total complementaridade de esforços diplomáticos, políticos e militares. (...) Acreditamos que os Estados Unidos têm a autoridade (...) para dar os passos necessários, incluindo os militares, visando **proteger os nossos vitais interesses no Golfo.** (PROJECT..., 1998 – negrito adicionado à citação)

As referidas dificuldades para “conter” Saddam Hussein diziam respeito aos entrelagos entre este e a ONU, ao longo dos anos 90, em torno das sanções impostas ao Iraque, após a Guerra do Golfo, e das atividades da equipe de inspetores criada para verificar a existência de armas de destruição em massa. Sempre tensa, a relação se deteriorou toda vez que Saddam obstruiu o trabalho dos inspetores, como aconteceu quando expulsou do país os membros de origem estadunidense. Piorou sobretudo devido às ações militares na forma de bombardeios a alvos iraquianos por parte dos Estados Unidos, coadjuvados pela Grã Bretanha, algo registrado em 1996, 1999, 2000 e 2001 (A MESSAGE..., 2001), uma forma de lidar com Saddam muito mais incisiva e destrutiva do que a estratégia de auxiliar os oponentes ao regime, adotada pelo

governo estadunidense no final dos anos 90 (IRAQ..., 1999). É importante assinalar que, nessa multifacetada “guerra sem fim contra o Iraque” (GRESH, 1999), a grande vítima é o povo iraquiano, aterrorizado pela perspectiva de súbitos ataques e amargando a dramática erosão das condições de alimentação, educação e saúde imposta pelas sanções internacionais e pelas prioridades do governo no uso dos seus recursos financeiros (ROULEAU, 1994). De fato, o esquema “petróleo por comida”, introduzido no final de 1996 por resolução do Conselho de Segurança da ONU, permitindo exportação de petróleo que cobrisse a compra de produtos essenciais, pouco significou para o equacionamento daqueles problemas (DON’T..., 1999).

A atenção dos Estados Unidos sobre o Oriente Médio ganhou vigor após os atentados terroristas contra as Torres Gêmeas (Nova York) e o Pentágono (Washington), em 11 de setembro de 2001. O contexto era de ímpeto na reorientação do projeto político e estratégico vigente naquele país antes do fim da Guerra Fria, depois voltado à busca de novos inimigos e novos motivos para combates (GOLUB, 2003; KLARE, 1995). Pode-se considerar que a luta contra o terrorismo, intensificada na esteira dos atentados, passou a oferecer oportunidades sequer imaginadas anteriormente para essa reorientação, e que as ações no Afeganistão para capturar Bin Laden se inscreveram na exploração dessas possibilidades.

Todavia, além da luta contra o terrorismo, o governo George W. Bush tem exibido duas outras prioridades de grande alcance geoeconômico e geopolítico: a modernização da capacidade militar, para poder avançar sobre territórios distantes e garantir a supremacia no longo prazo, e a obtenção de reservas petrolíferas estrangeiras suplementares, em resposta à enorme dependência externa e à escassez das reservas domésticas. “Embora possuindo origens diferentes, esses dois objetivos se fundiram com a guerra anti-terrorista para formar a estratégia coerente que guia hoje a política externa americana” (KLARE, 2002, p. 1). Grande parte das reservas energéticas conhecidas e das rotas para transporte de petróleo e gás encontra-se em áreas conflituosas (KLARE, 2001) onde sentimentos anti-americanos brotaram ou cresceram devido à conduta autoritária e ao perfil da política externa da administração Bush (NAÏR, 2003). Assim, objetivos energéticos e militares apresentam-se entrelaçados: “uma política energética visando (...) aceder às reservas de petróleo situadas nessas regiões com instabilidade crônica não é realista senão na medida em que os Estados Unidos sejam capazes de projetar nelas o seu poderio militar” (KLARE, 2002, p. 17). Como a “guerra contra o terrorismo contribui (...) para o esforço (...) de proteger o acesso ao petróleo, notadamente no Golfo Pérsico e na bacia do Mar Cáspio” (ibid), os

três objetivos estratégicos resultam fundidos. Por isso, a “única maneira de descrever precisamente a tendência global da estratégia americana é em termos de objetivo único, que se pode resumir como ‘uma guerra pela dominação americana’” (ibid.). Note-se, porém, que o petróleo – a prioridade energética – aparece como pivô.

A guerra ao Iraque capitaneada pelos Estados Unidos em 2003, resultando em ocupação e instabilidade que não cessam de gerar problemas e incertezas, há de ser vista nessa perspectiva. Embora as autoridades estadunidenses tenham sempre recusado a indicação de que o petróleo foi o principal motivo da invasão (RENNER, 2003), diferentes observadores consideram que as justificativas apresentadas – suprimir armas de destruição em massa, combater o terrorismo e promover a democracia no Iraque – não convencem, e que o objetivo era controlar uma das maiores reservas de petróleo do mundo (cf. a tabela 6). Esse controle é decisivo para preservar a condição estadunidense de maior poder mundial, ainda mais em face dos problemas surgidos nas relações com a Arábia Saudita, que nos anos 90 testemunhou crescentes dificuldades internas e buscou para alianças econômicas e políticas países repudiados pelos Estados Unidos, como o Irã (KLARE, 2003; JHAVERI, 2004). Bem antes da chegada de George W. Bush ao poder a invasão era mais do que cogitada, como indicado pela já referida carta de 26/01/98, enviada por *neocons* e/ou *hawks* a Bill Clinton: é significativo que, nos anos 90, empresas de países como Rússia, França, China e Itália tivessem iniciado acordos de exploração de petróleo com o Iraque, sugerindo que “[u]m dos maiores objetivos da (...) invasão dos Estados Unidos (...) [foi] tornar nulos esses acordos” (RESEARCH..., 2003, p. 47). Jhaveri (2004) enxerga na invasão um exercício de “petroimperialismo”, precipitado pelas condições do Golfo: “a reforma no controle do petróleo iraquiano poderia não ocorrer a tempo, e por isso a guerra ao Iraque” (p. 8).

Também nessa perspectiva, sobre os objetivos do governo estadunidense, deve ser considerado o caso do Irã, outro grande detentor de reservas de petróleo e gás. As ásperas relações desse país com o Ocidente, os Estados Unidos à frente, têm sido atribuídas à inflexibilidade iraniana no que concerne ao seu programa nuclear, um comportamento tanto mais inquietante na medida em que o tom bélico da retórica do seu presidente não raramente alcança patamares bastante elevados. Em escalada evocativa do processo que culminou na invasão do Iraque, a porção norte do Golfo Pérsico passou a ser vista como um possível – para Klare (2006), um muito provável – alvo de operação militar. Por exemplo, John Bolton, diplomata, ex-representante do governo Bush na ONU e um dos signatários da carta de 26/01/98 para Bill

Clinton, sustentou em entrevista que as opções estadunidenses para o Irã são duas: “mudança de regime, para um governo que desista realmente de conseguir armas nucleares; e, em último caso, uso de força militar” (DÁVILA, 2007, p. A18), representando radicalização da política que desde os anos 90 impôs sanções aos investidores que decidissem atuar no país (CHILDREN..., 1997).

Ora, se a ameaça nuclear certamente permeia as avaliações sobre o Irã, sua influência não reina sozinha. Dada a importância estratégica da problemática energética, o papel desse país como dono de grandes reservas de petróleo e gás e também como produtor e exportador, situa-se, indubitavelmente, no centro dos embates. Note-se que o desempenho iraniano é especialmente notável no fornecimento de petróleo à China, posição que, a julgar pelos progressos, pode vir a ter paralelo no tocante à Índia e ao Japão. Essa desenvoltura também reflete capacidade de montar estrutura logística, com parceiros diversos, que lubrifica o fluxo dos seus produtos para o Golfo Pérsico e o Golfo de Omã.

Assim, quando analisa o papel do Irã na equação energética global, a administração Bush tem dois objetivos estratégicos-chaves: o desejo de abrir os campos iranianos de petróleo e gás à exploração por empresas americanas e a preocupação em torno dos vínculos crescentes do Irã com os concorrentes dos EUA no mercado energético global. (...) [Para a] administração Bush, só existe uma maneira óbvia e imediata de modificar (...) [o atual] cenário (...): induzindo uma ‘mudança de regime’ no Irã e substituindo sua liderança atual por outra que seja muito mais favorável aos interesses estratégicos dos EUA. (KLARE, 2006, p. A18)

De fato, o Irã ocupa uma posição estratégica no Golfo Pérsico. Não só pela sua condição de representar ameaça a países cujos campos de petróleo somam mais de metade das reservas conhecidas, mas também por dominar o estreito de Ormuz, corredor de passagem diária de volumosas exportações para o mundo todo (KLARE, 2006). Portanto, se o aspecto nuclear perfila-se no âmago do recrudescimento das tensões entre o Irã e o Ocidente, de algum modo tal fato se vincula ao papel desse país na geoeconomia e, em decorrência, na geopolítica da energia. Talvez sobretudo, tal fato se vincula ao que pode representar, principalmente para os interesses dos Estados Unidos, a existência de armas com tamanho poder de destruição nas mãos de quem decida defender a própria soberania em termos de recursos energéticos e mesmo interferir na região que concentra o essencial das reservas mundiais de petróleo e gás.

Considerações finais

Imprescindíveis à circulação e expansão do capital, os recursos energéticos, em primeiro lugar o petróleo, figuram no centro das mudanças geoeconômicas globais e afetam irremediavelmente a geopolítica do capitalismo contemporâneo. No plano geoeconômico, chamam a atenção reconfigurações estruturais de enorme amplitude, com a entronização de

novos consumidores de grande porte e a emergência de áreas produtoras estrategicamente situadas, figurando o acirramento da concorrência como pedra angular dos processos em todos os casos. A influência na geopolítica traduz-se em multiplicidade de acordos, projetos conjuntos e investidas diplomáticas e empresariais, e também em ações conflituosas como as relativas às guerras ou às ameaças nessa direção, das quais, frise-se, o que ocorre no Golfo Pérsico, e no Oriente Médio de uma forma geral, pode ser visto como uma dramática e inquietante ilustração.

Portanto, a questão energética envolve um irrevogável entrelaçamento de geoeconomia e geopolítica na atualidade. Como se indicou na introdução, as arestas na diplomacia e as ações militares com diferentes intensidades têm nessa problemática um proeminente fator de determinação no presente momento. Não surpreende, desse modo, que a imbricação entre geoeconomia e geopolítica no tocante aos recursos energéticos perpassa os movimentos e processos ligados ao exercício da liderança no sistema internacional. Tais movimentos e processos implicam tanto a defesa de posição de liderança alcançada, o que requer fortalecimento – caso dos Estados Unidos –, quanto a concorrência e o desafio, representando disputa de liderança talvez já no médio prazo, de Estados que ganham visivelmente terreno na hierarquia internacional – a China representaria a situação mais sugestiva nos dias atuais.

Caráter particularmente conflituoso apresenta-se impregnado na política externa protagonizada pelos Estados Unidos. A segurança energética é vital à manutenção da liderança internacional e do poder global desse país. Assim, meios militares vêm sendo ostensivamente empregados para garantir o seu acesso às fontes de energia, o petróleo à frente, no que tem sido caracterizado como busca de “controle sobre o petróleo mundial” (BROMLEY, 2005, p. 225). Esse tipo de conduta se inscreve, assinala-se, no que Roberts, Secor e Sparke (2003) denominam de geopolítica neoliberal, expressão do “idealismo neoliberal sobre as virtudes de mercados livres, abertura e integração econômica global” (p. 886), porém com “dependência contraditória da desregulação neoliberal multilateral à uma re-regulação imposta (...)” (ibid.). Essa imposição apresenta-se amplamente unilateral e, por conta disso, figura na contra-mão do que seria de fato necessário para o avanço em segurança energética, de uma maneira ampla: conforme salientado por Yergin (2006), progressos nessa direção requerem não somente diversificação de tipos e fontes de energia, mas sobretudo cooperação internacional.

Referências bibliográficas

- A CASPIAN gamble. *The Economist*, Feb. 7th 1998. (A survey on Central Asia).
- ADELMAN, M. A. World oil production & prices 1947-2000. *The Quarterly Review of Economics and Finance*, v. 42, p. 169-171, 2002.
- ALHAIJI, A.F. Middle East politics still dictate oil prices. *World Oil*, v. 222, n. 1, p. 35, Jan. 2001.
- A MESSAGE from the past for Baghdad. *The Economist*, p. 45-46, Feb 24th 2001.
- BARTON, J. R. “Flags of convenience”: geoeconomics and regulatory minimisation. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, v. 90, n. 2, p. 142-155, 1999.
- BROMLEY, S. The United States and the control of world oil. *Government and Opposition*, v. 40, n. 2, p. 225-255, Spr. 2005.
- CHETERIAN, V. “Grand jeu” pétrolier en Transcaucasie. *Le Monde Diplomatique*, n. 523, p. 22-23, Oct. 1997.
- CHILDREN of the Islamic revolution. *The Economist*, Jan. 18th 1997 (A survey of Iran).
- CROOKS, E. International oil companies: big shift in balance of power. *Financial Times*, Nov. 9 2007. Disponível em <www.ft.com> Obtido em: nov. 2007.
- CRUZ DE CASTRO, R. Whither geoeconomics? Bureaucratic inertia in U.S. post-Cold War foreign policy towards East Asia. *Asian Affairs: An American Review*, v. 26, n. 4, p. 201-222, 2000.
- DÁVILA, S. Mudança de regime e ataque militar são as opções para o Irã. *Folha de S. Paulo*, p. A18, 10 dez. 2007.
- DON’T trick or treat Saddam. *The Economist*, p. 47-48, Nov. 6th 1999.
- EIA. *Annual Energy Review 2005*. Washington: Energy Information Administration./U.S. Department of Energy, July 2006.
- EIA. *International Energy Outlook 2007*. Washington: Energy Information Administration/U.S. Department of Energy, May 2007.
- FIORI, J.L. Mudanças estruturais e crise de liderança no sistema mundial. *Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, n. 7, p. 5-11, out./dez. 2005.
- GENTÉ, R. Du Caucase à l’Asie centrale, “grand jeu” autour du pétrole et du gaz. *Le Monde Diplomatique*, n. 729, p. 18-19, Juin 2007.
- GOLUB, P.S. Métamorphoses d’une politique impériale. *Le Monde Diplomatique*, n. 588, p. 16-17, Mars 2003.
- GREAT games, awful risks. *The Economist*, p. 63-64, Feb. 15th 1997.
- GRESH, A. Guerre sans fin contre l’Irak. *Le Monde Diplomatique*, n. 538, p. 1 e 12-13, Jan. 1999.
- HARVEY, D. The geography of capitalist accumulation: a reconstruction of the Marxian theory. In: PEET, R. (ed.). *Radical geography: alternative viewpoints on contemporary social issues*. London: Methuen, 1978, p. 263-292.
- HARVEY, D. The geopolitics of capitalism. In: GREGORY, D; URRY, J. (eds.). *Social relations and spatial structures*. 2nd ed. London: Macmillan, 1987, p. 128-163.
- HERE’s hoping. *The Economist*, Jan. 15th 2000. (A Survey of Nigeria).
- HOPKINS, T., WALLERSTEIN, I. Capitalism and the incorporation of new zones into the World-Economy. *Review*, X, n. 5/6, p. 763-779, Supplement (Summer/Fall) 1987.
- IN SEARCH of spring. *The Economist*, July 12th 1997. (A survey of Russia).
- IRAQ as it ever was. *The Economist*, p. 47, Feb. 6th 1999.

- JAFFE, A.M.; MANNING, R.A. The shocks of a world of cheap oil. *Foreign Affairs*, v. 79, n. 1, p. 16-29, Jan./Feb. 2000.
- JHAVERI, N.J. Petroimperialism: US oil interests and the Iraq war. *Antipode*, v.36, n.1, p.2-11, Jan. 2004.
- KANDIYOTI, R. De nouvelles routes pour le pétrole et le gaz. *Le Monde Diplomatique*, n. 704, p. 8, Mai 2005.
- KLARE, M.T. Le Golfe, frontière avancée de la sécurité américaine. *Le Monde Diplomatique*, n. 490, p. 22-23, Jan. 1995.
- KLARE, M.T. The new geography of conflict. *Foreign Affairs*, v. 80, n. 3, p. 49-61, 2001.
- KLARE, M.T. Les vrais desseins de M. George Bush. *Le Monde Diplomatique*, n. 584, p. 1 e 16-17, Nov. 2002.
- KLARE, M.T. The coming war with Iraq: deciphering the Bush Administration's motives. *Foreign Policy in Focus*, p. 1-6, Jan. 2003.
- KLARE, M.T. Petróleo, geopolítica e a guerra com o Irã. *Folha de S. Paulo*, p. A18, 30 abr. 2006.
- KRAMER, A.E. Central Ásia on front line in energy battle. *The New York Times*, Dec. 20th 2007. Obtido em: <www.nytimes.com> Acesso em: dez. 2007.
- LA GORCE, P-M. La Russie en quête d'un nouveau role. *Le Monde Diplomatique*, n.566, p.4-5, Mai 2001.
- LARSON, A. Geopolítica do petróleo e do gás natural. *Perspectivas Econômicas*, maio 2004. Obtido em <www.usinfo.state.gov/journals/ites/0504/ijep/larson.htm> Acesso em: maio 2006
- LATIN lessons. *The Economist*, p. 61 e 64, Jan. 3rd 1998.
- LIFTING the veil. *The Economist*, p. 60-61, Jul. 8th 2000.
- MADDISON, A. *Phases of capitalist development*. 3a ed. New York: Oxford University Press, 1986.
- MARX, K. [1857-1858]. *Grundrisse der kritik de politischen ökonomie*. London: Penguin, 1973.
- MARX, K. [1867]. *Le capital*. Livre premier: Le développement de la production capitaliste. Paris: Éditions Sociales, 1976a.
- MARX, K. [1885]. *Le capital*. Livre 2: Le procès de circulation du capital. Paris: Éditions Sociales, 1976b.
- MORONEY, J. R. Analysis of the increasing U.S. dependence on imported oil. *World Oil*, v. 223, n. 10, p. 80, Oct. 2002.
- MORSE, E.L.; RICHARD, J. The battle for energy dominance. *Foreign Affairs*, v. 81, n. 2, p. 16-31, 2002.
- NAÏR, S. Le monde selon Washington. *Le Monde Diplomatique*, n. 588, p. 14-15, Mars 2003.
- OF POLITICS and pipelines. *The Economist*, p. 4, July 10th 1999.
- OSTERUD, O. The uses and abuses of geopolitics. *Journal of Peace Research*, v. 25, n. 2, p. 191-199, 1988.
- PROJECT for the New American Century. Washington, 1998. Obtido em <www.newamericancentury.org/iraqclintonletter.htm> Acesso em: dez. 2007.
- RADVANYI, J. Transports et géostratégie au sud de la Russie. *Le Monde Diplomatique*, n. 531, p. 18-19, Juin 1998.
- RADVANYI, J.; REKACEWICZ, P. Conflits caucasiens et bras de fer russo-américain. *Le Monde Diplomatique*, n. 559, p. 18-19, Oct. 2000.
- RENNER, M. Post-Saddam Iraq: linchpin of a new oil order. *Foreign Policy in Focus*, p.1-6, Jan. 2003.

- REPORT of the National Energy Policy Development Group. Washington D.C., May 2001. Disponível em: <www.gcrio.org/OnLnDoc/pdf/nep.pdf> Acesso em: dez. 2007.
- RESEARCH UNIT FOR POLITICAL ECONOMY. Behind the war in Iraq. *Monthly Review*, v. 55, n. 1, p. 20-49, May 2003.
- ROBERTS, S.; SECOR, A.; SPARKE, M. Neoliberal geopolitics. *Antipode*, v. 35, n. 5, p. 886-897, Nov. 2003.
- ROULEAU, E. Le peuple irakien, première victime de l'ordre américain. *Le Monde Diplomatique*, n. 488, p. 10-11, Nov. 1994.
- RULES of war. *The Economist*, p. 65, Dec. 4th 1999.
- SARKIS, N. Le pétrole du Golfe toujours plus convoité. *Le Monde Diplomatique*, n.488, p.12, Nov. 1994.
- SARKIS, N. Pétrole, le troisième choc? *Le Monde Diplomatique*, n. 552, p. 1 e 24-25, Mars 2000.
- SARKIS, N. Barils de pétrole et barils de poudre au Proche-Orient. *Le Monde Diplomatique*, n. 579, p. 12-13, Juin 2002.
- SARKIS, N. Aux origines de la nouvelle crise pétrolière. *Le Monde Diplomatique*, n. 604, p. 3, Jui. 2004.
- SMITH, A. Imagining geographies of the "new Europe": geo-economic power and the new European architecture of integration. *Political Geography*, v. 21, p. 647-670, 2002.
- SPARKE, M. Geopolitical fears, geoeconomic hopes, and the responsibilities of geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 97, n. 2, p. 338-349, 2007.
- STATISTICAL Review of World Energy/British Petroleum. London, 2005.
- THE ROAD to 2050. *The Economist*, July 31st 1999. (A survey of the new geopolitics).
- VICTOR, D.G.; VICTOR, N. M. Axis of oil? *Foreign Affairs*, v. 82, n. 2, p. 47-61, 2003.
- WIRTH, T.E.; GRAY, C.B.; PODESTA, J.D. The future of energy policy. *Foreign Affairs*, v. 82 n. 4, p. 132-155, 2003.
- WRIGHT, T. R. War with Iraq would seriously affect China. *World Oil*, p. 7, n. 2002.
- YERGIN, D. Ensuring energy security. *Foreign Affairs*, v.85, n.2, p.69-82, 2006.
- ZWEIG, D.; JIANHAI, B. China's global hunt for energy. *Foreign Affairs*, v. 84, n. 5, p. 25-38, 2005.